

menciona a tese de Vatin quanto à identificação dos *kouroi* de Delfos, sem tomar posição (ao passo que no artigo *Dioskouroi*, Antoine Hermary nega que eles representem os jovens Argivos). Refira-se ainda *Eileithyia*, por R. Olmos, que analisa com argúcia uma figura iconograficamente mal definida.

Uma característica deste *Lexikon* é o lugar que confere às personificações, fornecendo assim dados preciosos também ao historiador da cultura: *Demokratia*, *Demos*, *Dikaiosyne*, *Eirene* (este último, assinado por Erika Simon, descreve e discute a complexa questão da data da famosa estátua de Cefisódoto) e ainda *Ekecheiria* e *Ekklesia* são disso exemplos.

Esta breve apreciação dará idéia da riqueza e utilidade de uma obra que não pode mais faltar numa boa biblioteca.

TRINGALI, Dante. *Introdução à Retórica*. São Paulo, Duas Cidades, 1988.

Maria Magaly Trindade Gonçalves
Zélia Maria Thomaz de Aquino
Zina Bellodi Silva

Universidade Estadual Paulista

O livro de D. T. significa, especialmente, uma tomada de posição declarada diante de um tema proposto — examinar a Retórica como algo que, como nunca, está viva hoje, apesar de algumas correntes contemporâneas, para se proclamarem novas, mascararem sua ligação com ela.

O A. faz isso sem forçar nenhuma explicação, porque está fundamentado numa teoria que conhece profundamente e da qual tem uma das visões mais lúcidas e concisas em nosso tempo.

O notável caráter didático do texto não é conseguido às custas da profundidade. Inicia com o conceito de *retórica*, definindo também o de oratória e eloquência por serem fundamentais ao assunto.

Na primeira parte, dedicada à Retórica Antiga, conceitua termos fundamentais como *discurso*, *dialética*, *retórica*; define gêneros de discurso, suas partes, sobre o que se alicerça a Retórica Antiga.

O A. examina seus principais momentos, os seus temas fundamentais, as suas principais preocupações, os seus autores fundamentais. Passa por aqueles anteriores a Platão, o próprio Platão, Aristóteles (a quem dedica parte substancial do livro por considerar sua Retórica modelar), Quintiliano, Cícero, até chegar à Renascença. Esse tipo de apresentação é fundamental em nossos dias, quando nos costumamos a lidar com termos, momentos e autores, sem ter deles uma noção clara de localização no tempo, sua importância; isso facilita a compreensão dos componentes de um sistema e o desenvolvimento de qualquer tipo de trabalho que os envolve. Por isso D. T. conceitua claramente o termo *discurso*, caracteriza os *gêneros do discurso*, especificando suas partes, e as *etapas de elaboração do discurso*, os *lugares* de onde se tiram as provas, etc., destacando o que é essencial para a compreensão do assunto e para o aproveitamento de tais conceitos na elaboração de todo e qualquer discurso, e, de modo especial, o literário, o da crítica e da teoria literárias.

Nesta parte a *Retórica* de Aristóteles é apresentada como a Retórica por excelência, aquela que é a melhor codificação da arte de elaborar o discurso persuasivo, aquele que fará um auditório decidir, com mais clareza sobre uma “questão discutível, controversa, provável, a respeito da qual não se chega a certezas, mas a probabilidades”.

O A. diz, também, que “o discurso retórico se especifica por tentar persuadir a respeito de uma questão provável, controversa”. O orador, na antigüidade, era instruído para fazer o juiz (ou os juizes) ver(em) com mais clareza uma matéria capaz de gerar dúvida. Por isso Aristóteles redime a Retórica das acusações platônicas, pelas quais a Retórica é encarada como maléfica. Aristóteles diz que tudo é passível de mau uso, menos a virtude, o que significa a consagração da Retórica como virtualmente boa, útil, capaz de orientar o juiz, a assembléia, o ouvinte para a tomada da posição mais justa. O eventual uso desonesto da Retórica é inevitável, pela própria condição humana.

No plano específico da Retórica um discurso supõe o discurso contrário, por isso a Retórica só se desenvolve em regimes democráticos.

Creemos que a primeira parte do livro seja fundamental para todo estudioso que pretende, de alguma maneira, penetrar no espírito do pensamento retórico, em outras palavras, no humano, já que a retórica é utilizada sempre; ou instintivamente ou como uma arte.

Depois desse exame, tendo deixado claro que a reflexão sobre a Retórica não se originou na Grécia, mas que foram os gregos, Aristóteles especialmente, que fizeram a melhor codificação de todos os tempos, o A. dá informações fundamentais sobre a formação do orador, sobre a estrutura da escola retórica. O A. passa então a examinar aquilo a que chama Retórica Clássica — aquela que se volta apenas para a *elocução* — (a primeira redução que sofre a Retórica Antiga), a Retórica das Figuras (uma nova redução, desta vez às figuras), a Retórica Nova (uma das últimas versões da Retórica, já no nosso século, que significa uma retomada da Antiga, e uma redução à invenção). Em seguida abre um capítulo para Retórica e Semiótica. É muito importante a especificação que o A. faz de cada uma das designações da Retórica, na medida em que fica claro que cada uma representa uma redução da Retórica Antiga, na medida em que cada uma dessas designações significa o privilégio de um aspecto da antiga. D. T. examina em cada uma dessas partes, aquilo que esclarece cada um desses momentos da História da Retórica, com seus autores representativos.

Vale ressaltar capítulo (ou partes de capítulos) como a Retórica da Ficção (onde examina a relação autor-narrador/leitor), Retórica e Ideologia (onde especifica os sentidos de ideologia e discute se a Retórica é ou não ideológica), Retórica e Democracia (a retórica não se desenvolve, porque não pode ser exercida, em regimes totalitários), Retórica e a Mulher (onde aparece um verdadeiro alerta, algo a ser exercido pelo homem), entre outros, capítulos ou partes de capítulos que fornecem ao leitor, iniciante ou especialista, os dados indispensáveis para a compreensão do assunto e aproveitamento dele como método de trabalho; o aproveitamento dos ensinamentos retóricos, para o estudioso, o professor, o crítico e teórico da literatura, o advogado, o pedagogo, o comunicador, entre outros profissionais.

Apesar de todo interesse que o livro todo pode oferecer ao estudioso, não se lhe pode negar a superioridade, em termos de apreensão de conceitos e de sugestão de método de estudo e trabalho, da parte que se refere à Retórica Antiga. O leitor pode, aí, fartar-se de indicações interessantes e altamente sugestivas para os trabalhos intelectuais. A apresentação das etapas da elaboração do discurso, é sem dúvida um sempre novo e renovável modelo de trabalho. Os que lidam particularmente com o discurso literário, encontram aí um excelente modelo abrangente, de onde podem tirar inúmeros roteiros de trabalho, como, por exemplo, o exame a partir do conceito de *prova*, de *lugar*. Tais conceitos podem gerar oportunidades de trabalho, na medida em que a elaboração do discurso, para os antigos, envolve uma preparação muito cuidada e que, lamentavelmente se despreza atualmente. Quando D. T. examina os *lugares*, fá-lo não só da perspectiva da Retórica Antiga, mas também do modo como os entendemos hoje, não só em Retórica mas na crítica literária. O exame dos tipos de provas (argumentos) que os antigos, especificamente Aristóteles, codificaram pode ser entendido como uma excelente possibilidade de lidar com o discurso literário. As provas levam o leitor a pensar no modo de encarar e de montar os raciocínios, o que propicia imensas oportunidades de reflexão, de análise, de aprofundamento sobre o pensamento construído no interior da literatura. Poderíamos ainda ressaltar o conceito das paixões, o exame dos caracteres, o conceito de metáforas, as qualidades do discurso, a preocupação com propriedade terminológica, etc., como extraordinários momentos para a criação de modelos de trabalho especialmente quando lidamos com o discurso literário. Referimo-nos ao texto literário, praticamente por imposição de ofício porque, na verdade, tais reflexões que a Retórica Antiga provoca através do texto de D. T. são de utilidade para as mais diversas áreas. Pode-se mencionar a tarefa do professor que tem pela frente a oportunidade do ensino da redação. Esses dados são uma sugestão de trabalho didático, uma forma de levar a classe a pensar com ordem, disciplina, levando em conta as qualidades ressaltadas por Aristóteles, tais como clareza sem baixeza (isto é, sem o vazio da excessiva trivialidade), beleza, persuasão, para só destacarmos algumas. Na parte dedicada à *disposição*

temos, novamente, um exemplo de trabalho, um modelo a ser utilizado, com sugestão até mesmo de como dispor a matéria levantada. As sugestões de como elaborar um discurso são muito claras e de fácil aplicação. Seria altamente desejável que fossem todas de fato consideradas. O ensino e o trabalho intelectual ganhariam em qualidade, em profundidade.

Finalmente gostaríamos de louvar iniciativas de publicação como essa que, sem dúvida nenhuma, vem preencher uma lacuna importante na atividade intelectual do Brasil.

UPHILL, E. P. *Egyptian Towns and Cities*. London, Shire Publications, 1988. 72 p. 36 ilustrações.

Margaret M. Bakos

Universidade Federal do Rio-Grande do Sul

O título deste livro instiga a sua leitura, pois depõe favoravelmente sobre a existência de cidades no Egito Antigo, corroborando o posicionamento assumido, por exemplo, por Badawy,¹ que se contrapõe ao de Wilson,² sendo ambos ainda muito discutidos pelos historiadores da antigüidade oriental.

Uphill dividiu o seu livro em 10 pequenas secções. A introdução é de importância fundamental, pois nela o autor indica os termos hieroglíficos que ele considera como indicativos de um crescimento urbano: "niwt" para cidade e "dmi" para aldeia. O último tem conotação com um crescimento natural, seja pequeno ou grande, enquanto o primeiro revela planejamento real.

A classificação dos tipos padrão de povoamento é feita, em base de suas funções, em centros provinciais, cidade planejada dos trabalhadores, cidades militares e fronteiriças, cidades habitadas por sacerdotes funerários e, por fim, residências reais e capitais.

¹ BADAWY, A. The civic sense of Pharaoh and Urban development in Ancient Egypt. *Journal of the American Research Center in Egypt*. v. VI, 1966. 103-109.

² WILSON, J. Egypt through the New Kingdom, civilization without cities, in: Kraeling, C. e Adams R. Mc (eds) *City invincible*, Chicago, 1960, p. 124.